

AS CONTRIBUIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA COCAP NO MUNICÍPIO DE APUCARANA – PR

RESUMO

Nosso País passa por muitos problemas a serem administrados atualmente, e a disposição incorreta do lixo é uma dura realidade sem uma solução definida. Neste contexto a questão do desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e ainda a inclusão social serão destacados neste trabalho, buscando conhecê-los mais profundamente através de seus atuais conceitos juntamente com seus diversos vetores. Objetivando enfatizar a importância que têm os trabalhos realizados pelas cooperativas recicladoras, em particular pela COCAP – Apucarana, uma instituição organizada que disponibiliza novas oportunidades em inúmeros aspectos sociais aos seus associados e colaboradores, maior distribuição de renda, operacionalizando na prática a inclusão social em uma nação que possui enorme parcela da população abaixo da linha da pobreza. Aborda-se ainda, a questão ambiental, formando um perfeito ciclo sustentável nas comunidades inseridas. Espera-se contribuir para a reflexão do assunto, deixando assim, de ser teórico para acontecer na prática.

Palavras-chave: Lixo; Meio Ambiente; Sustentável; Inclusão Social.

ABSTRACT

Nowadays, our country has been facing many problems, and hazardous waste disposal is one of them which is a harsh reality with no solution so far. Thus, sustainability, environment preservation and social inclusion will be focus on this study, seeking to obtain a deep knowledge about its current concepts as well as its various vectors. It aims to focus on the importance of the project undertaken by recycling centers, particularly by COCAP – Apucarana, an institution organized to provide new opportunities in various social aspects to their members and employees, and to increase their income. For that, it develops an operational process for social inclusion in a country that has a huge part of its population living on incomes below the poverty line. It also deals with the environmental issue, providing a complete sustainable cycle for the communities that take part on this project. It intends to encourage reflection on the subject and contribute to transform theory into practice.

Key words: Waste; Environment; Sustainability; Social Inclusion.

1 - Mestrando em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. biogema@hotmail.

INTRODUÇÃO

Desde o final do século vinte e início do século vinte e um, as questões ambientais e sociais estão sendo cada vez mais debatidas nos diversos domínios da sociedade, indo do âmbito local ao internacional. O crescimento da população, os progressos da indústria e a explosão urbana contribuem para o aumento da geração de resíduos que são abandonados no meio ambiente.

Considerando ainda, que em meio a toda essa operacionalização “basicamente econômica” acaba distanciando ainda mais as classes sociais, acentuam-se as desigualdades originando uma pequena parcela de cidadãos com o maior montante das riquezas e os demais inseridos em um contexto de exclusão socioeconômica. Assim, verificam-se atualmente diversos programas direcionados especificamente para o combate a essa problemática social, sendo o cooperativismo uma alternativa extremamente importante e viável, uma vez que apresenta uma atuação abrangente e específica ao mesmo tempo.

No Brasil esse modelo de sistema, o cooperativismo, é regulamentado pela Lei nº. 5.764 de 16 de Dezembro de 1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas.

Historicamente a questão da exclusão social, depredação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável estão estritamente relacionados e com amplo debate no meio social. Com a expansão do capitalismo subsidiado pela ciência e pela tecnologia moderna consolidou-se o processo do enfoque especificamente direcionado ao interesse humano, onde a natureza acabava absorvendo as consequências de todo esse processo.

Todo esse processo era elaborado conforme aconteciam as várias etapas da construção da ciência moderna, baseada no racionalismo sem qualquer previsão ou estudo a respeito dos resultados que aos poucos apareciam, sendo que a própria exclusão social e a degradação ambiental passaram a ser vistos como sinônimo de crescimento e desenvolvimento do planeta pela maioria de seus habitantes.

Desta forma, a evolução da concepção social da população brasileira a respeito de temas extremamente importantes como, por exemplo, a profunda relação existente entre meio ambiente, desigualdade, violência e a própria política administrativa do país, não só em termos concretos, mas, sobretudo no plano da subjetividade, dos valores e da mentalidade, fatores que obviamente deveriam orientar as ações da sociedade, começaram a passar despercebidos aos olhos da maioria.

A relação campo e cidade, as desigualdades sociais, a consolidação de uma sociedade excludente estão estreitamente relacionados à corrupção ambiental, cujo resultado visível está nas favelas, na devastação ambiental, nos amontoados de lixos pelos becos, nas cidades problemáticas, nos lixões a céu aberto, nos refugiados ambientais, na violência urbana e no desemprego.

Essa relação capitalista resulta em situações muitas vezes irreversíveis, como nas perdas de valores associados ao trabalho, na falta de credibilidade que é público, no abandono de crianças e adolescentes, entre outros fatores que configuram a busca de sobrevivências imediatas e dos valores descartáveis.

Como resposta a toda essa problemática social, Young (2007) menciona que a solução alternativa sócio-econômica nesse mundo capitalista é embasada no princípio cooperativista.

Através de uma readequação funcional da maneira da sociedade se relacionar, é possível adotar novas estratégias operacionais que visam melhorar as principais temáticas relacionadas à inclusão e à exclusão social, focando principalmente suas repercussões no âmbito social, onde somente com o trabalho conjunto, é possível acontecer uma perfeita sinergia social, já que um perfeito desenvolvimento social não se realiza somente com o crescimento estritamente econômico.

O que se faz necessário, hoje, é uma espécie de humanização desse sistema, em seus aspectos sociais e ambientais, mudanças essas que são nitidamente viáveis com os princípios cooperativistas que realiza um trabalho operacionalizador de uma redistribuição mais justa e direta dos bens e serviços, sem a presença de intermediários, onde a questão ambiental acaba sendo uma resultante de todo esse processo social.

Assim, para um perfeito desenvolvimento social, a questão ambiental conforme mencionado acima acaba atuando de forma estritamente paralela com as ações da sociedade.

De acordo com Oliveira (2006), não só o cooperativismo passa por uma inovação funcional, mas todo o processo administrativo mundial, onde todas as metodologias, técnicas e processos das cooperativas devem estar em interligação, tornando-a mais lógica e evidenciada e assim se adequarem às novas realidades e fronteiras apresentadas.

Desta forma, o presente estudo objetiva expor, de maneira sucinta, os princípios do cooperativismo, através do estudo de caso da COCAP (Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR), bem como a importância que esta representa na construção de uma nova realidade ambiental e social.

HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Conforme Polonio (2004), o movimento cooperativista iniciou-se na Inglaterra ainda no século vinte, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochedale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), no ano de 1844. A remota cooperativa era composta por 28 tecelões que constituíram a mesma no ramo de consumo, objetivando o enfrentamento da crise industrial da época, ou seja, já se verifica que as lutas contra os problemas sociais já são realidade desde o século passado. Desta forma, o movimento criou raiz posteriormente na França, Alemanha e mais tarde por toda a Europa.

De acordo com Young (2007), o cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e modelo

socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, sendo fundamentado na reunião de pessoas não visando unicamente ao capital, mas às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

Conforme Menezes (2005), no Brasil, o cooperativismo tem início no ano de 1847, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, juntamente com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro. Em 1902, surgiram as Cooperativas de Crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. Em 1906, nasceram e se desenvolveram no centro-sul do país as Cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, incentivadas pelos imigrantes alemães, holandeses, italianos, poloneses e japoneses.

Esse sistema tem sido bem difundido no país nos últimos anos, já existindo no Brasil atualmente cerca de 7.136 unidades cooperativas, segundo os registros da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – abril – 2005. Os membros associados somam quase 6.200 (seis milhões e duzentos mil), numa população de uns 120 milhões de brasileiros em condições de trabalhar, desde os jovens os idosos.

No Brasil existem cooperativas em 13 setores da economia, todas representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nacionalmente e pelas organizações estaduais (Oces) nas unidades da federação. No caso paranaense são representados pela OCEPAR.

Para melhor cumprir sua função de entidade representativa do cooperativismo brasileiro, a OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais.

Os ramos existentes são:

Cooperativa Institucional; Cooperativa de Conselho Especializado; Cooperativa Agropecuária; Cooperativa de Consumo; Cooperativa de Crédito; Cooperativa Educacional; Cooperativa Especial; Cooperativa Habitacional; Cooperativa de Infra-estrutura; Cooperativa Mineral; Cooperativa de Produção; Cooperativa de Saúde; Cooperativa de Trabalho; Cooperativa de Transporte; Cooperativa de Turismo e Lazer; e Cooperativa Estatística. Essas cooperativas segundo a definição da OCB são consideradas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

De acordo com RICCIARDI & LEMOS (2000), as cooperativas são as empresa do século XXI, pois já têm uma atuação prática em quase todos os setores da economia, necessitando apenas de uma maior agressividade na difusão da sua ideologia, principalmente com vistas a formar o cooperativista de amanhã, pois nota-se que a maioria da sociedade a confunde com as empresas convencionais.

COCAP

Figura 1: Dependências da COCAP



Fonte: Do Autor 13 nov. 2008.

A COCAP (Cooperativa Mista de Trabalho e Produção dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana-PR) será objeto do estudo de caso do presente trabalho. A sua própria fundação já está relacionada principalmente com a questão da inclusão social, sendo que seu trabalho atual destina um enfoque ao desenvolvimento sustentável.

A COCAP iniciou suas atividades no ano de 1999, com uma iniciativa da igreja católica local, em menção ao tema da campanha da fraternidade daquele ano: “Sem Trabalho... Por quê?”. A imagem a seguir retrata a fachada da sede da cooperativa.

A COCAP, inserida nos princípios cooperativistas, atua de maneira menos burocratizada que as empresas, no entanto, possui alguns deveres como a constituição de um estatuto, com o detalhamento das regras da associação, além de assembleias regulares documentadas em atas. Faz-se necessário ainda, o registro na Junta Comercial do Estado que atua e na Receita Federal.

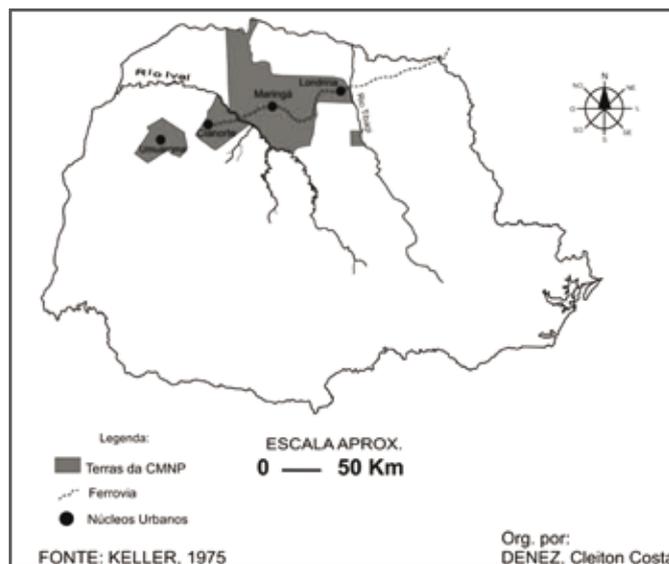
No início, a COCAP era composta por apenas 20 cooperados e pouca infra-estrutura. Em meados de 2008 já eram mais de 70 cooperados, com cerca de 40 “carrinhos” coletores pela cidade, sendo 22 pessoas responsáveis pela separação dos resíduos na esteira, oito trabalhando no caminhão para coleta em maior quantidade e mais duas cozinheiras, um balanceiro e uma secretária, realizando desta maneira um trabalho de inclusão social e atuando de uma maneira direta em prol do meio ambiente.

O sistema cooperativista apresenta vários ramos de atuação conforme mencionado anteriormente, sendo que a COCAP atua no de Trabalho e Produção, assim estabelecidos pela OCB:

Cooperativa de Trabalho: Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. **Cooperativa de Produção:** Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Para os empregados, cuja cooperativa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho. (Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB 2003, pg. 127)

A COCAP tem um enorme privilégio de atuação se considerar isoladamente a sua localização, visto que o município de Apucarana, hoje, está inserido no contexto de uma aglomeração urbana de maior porte formada no eixo Londrina – Maringá (conforme pode ser visto na figura 2, a seguir), sendo este, considerado “o mais importante do interior [do Estado do Paraná], com peso elevado nas participações das atividades urbanas - especialmente as do comércio e serviços [...] e um setor industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância agroindustrial” (IPEA, et al, 2000).

Figura 2: Eixo viário da localização da COCAP – Apucarana.



Fonte: Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

A rotina da cooperativa consiste em trabalhar na separação e processamento primários do material reciclável. Depois de passar pela cooperativa, o material é comprado por intermediários que, adquirindo em grandes quantidades, vendem para empresas privadas de reciclagem. Outra iniciativa e inovação da COCAP é a produção de plástico aglutinado a partir da trituração de plásticos puro, realizado em uma aparelhagem construída no próprio município de Apucarana. Hoje, esta é a principal fonte de renda da COCAP; ela possui uma realidade distinta de inúmeras outras organizações do setor.

No Brasil, é impensável falar em reciclagem sem citar os catadores de materiais e suas cooperativas. Não existem números fechados, mas calcula-se que existam de 300 mil a 1 milhão de catadores em atividade no país. Os dados são do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que, no final de 2006 registrava 450 cooperativas formalizadas e aproximadamente 35 mil catadores em seus cadastros.

Não é para menos, a população brasileira gera diariamente cerca de 126 mil toneladas de lixo de consumo (excluindo dejetos industriais e empresariais). Não fossem os catadores, esta fábula de lixo acabaria integralmente em aterros sanitários e lixões. Na cidade de São Paulo, por exemplo, cerca de 20 mil catadores desviam dos lixões oito mil quilos de materiais diariamente, conforme informações da administração municipal de 2007.

A profissão, no entanto, não recebe muitos estímulos por grande parcela da comunidade, considerando o papel social e ambiental que os catadores exercem. Vale ressaltar que a maioria desses coletores perambula em média 30 quilômetros por dia, debaixo de chuva e sol, puxando até 400 quilos (o peso da carroça cheia), em busca de materiais que, muitas vezes, só são encontrados dentro de sacos de lixo.

Segundo o gerente geral da COCAP Itamar Gomes de Oliveira, em entrevista de meados do ano 2009 a renda *per capita* na cooperativa girava em torno de R\$ 600, 00, sendo que os associados são quase em sua totalidade pessoas com poucas chances de inclusão integral no meio social, visto que são pessoas com perfil diferenciado: aposentados, ex-presidiários, mulheres viúvas, adolescentes, onde nenhum possui qualificação técnica e profissional para exercer outra atividade. A cooperativa fornece diariamente a alimentação básica: café da manhã, almoço e, ao final do expediente um café da tarde após encerrarem suas atividades.

INCLUSÃO SOCIAL

A sociedade é composta de indivíduos que se relacionam para conquistar cada qual seu próprio espaço e reconhecimento nesse meio. Essa inclusão social acontece de infinitas maneiras, visando à satisfação própria do ser. Neste início de um novo milênio, ainda existe milhões de pessoas excluídas do meio por diferenças ínfimas, ou seja, mesmo após tantas gerações vivenciando e interagindo durante dezenas de séculos ainda inexistente uma sociedade perfeitamente inclusiva. A respeito de inclusão social, Sasaki (1997), menciona que

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, pg 118)

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Essa igualdade que deve existir em todos os variados tipos de comunidades recebe embasamento na Assistência Social conforme explicitado a seguir,

A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; ... realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, ART. 2º.)

No entanto, não é sempre que o enunciado emanado em nossa Carta Magna e outras legislações se cumprem integralmente, visto a existência de políticas públicas relacionadas ao tema ser tão ineficaz e ineficiente. Assim, cabe muitas vezes ao sistema privado e a própria sociedade se reunir e operacionalizar o que o poder público não cumpre.

Desta forma, fica nítido que com a iniciativa da COCAP estritamente direcionada a uma determinada gama totalmente excluída do meio social, a cooperativa proporcionou uma alternativa de trabalho que têm sido o único meio de sobrevivência de famílias inteiras, possibilitando aos seus integrantes a ocupação de novas posições no meio social.

Essa inclusão no mercado de trabalho oferecida pela COCAP é certamente o problema mais crítico de qualquer cidade do País, pois a realidade cotidiana da sociedade predomina com uma grande dependência econômica, uma vez que uma enorme parcela da população não possui uma renda própria e fixa para seu sustento restando desta maneira, alternativas como a mendicância, viver à custa alheia ou até mesmo a obtenção de recursos por meios ilegais.

Conforme menciona o gerente, existem, já em fase final de liberação através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), recursos na ordem de R\$ 876 mil a fundo perdido, provenientes de um projeto do banco voltado a ajudar cooperativas em todo o país. Com esse montante será possível reformar toda a cooperativa e fazer aquisição de novos maquinários, o que irá certamente tornar a cooperativa ainda mais produtiva.

Neste contexto, entende-se que a Cooperativa de Reciclagem seria a solução mais viável para a questão social e ambiental, pois além de destinar resíduos da maneira mais correta do ponto de vista ambiental, ainda geram emprego e renda para famílias que não têm oportunidade no mercado de trabalho. Desta forma, fica visível a gama de contribuições sociais, regionais e municipais decorrentes desse tipo de atividade, com potencial para a construção de uma nova realidade no município de Apucarana - PR pautada nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, percebe-se que além de todos os elementos constituintes do bem comum da sociedade, existe também em jogo a dignidade individualidade de cada ser humano de maneira isolada clarificada abaixo,

Nós trabalhamos porque precisamos do dinheiro para sobreviver. Mas também trabalhamos porque isso contribui para a nossa dignidade, o nosso valor como pessoas. O trabalho nos dá mais controle sobre nossa vida e nos conecta com outras pessoas. Sinto-me realmente privilegiado em ser remunerado pelo que adoro fazer. Toda sociedade que exclui pessoas do trabalho por qualquer motivo – sua deficiência ou sua cor ou seu gênero – está destruindo a esperança e ignorando talentos. Se fizermos isso, colocaremos em risco todo o futuro. (MACFADDEN, 1994 apud SASSAKI, 1997, p. 59).

Enfatizamos mais uma vez, o dever e a responsabilidade que o poder público deve direcionar a questão do trabalho, pois em um mundo completamente capitalista é perceptível um enorme descaso das políticas públicas em relação ao assunto, considerando também que as iniciativas privadas quando em atividades recebem inúmeras críticas e até mesmo desconfiança por parte de quem deveria tomar a dianteira na questão.

Os descontentamentos com a situação têm provocado inúmeros movimentos e iniciativas sociais em todas as partes do país, como é o caso da COCAP, que defende primeiramente os interesses econômicos e em consequência acaba contribuindo para a inclusão social e posteriormente para o desenvolvimento sustentável.

Conforme Vessentini (2008), os movimentos sociais em sua maioria possuem efeito redistributivo sobre a renda. Acontecem sobre as mais variadas formas de classes e com diferentes interesses como a melhoria do meio ambiente, pela defesa de categorias oprimidas (mulheres, deficientes físicos, homossexuais, negros, indígenas entre outros). Através dessas iniciativas é que ocorrem as revoluções sociais, sendo que na maioria das vezes são condenados e oprimidos pela poder público.

Outro debate nos dias atuais é a questão das constantes inovações tecnológicas que cada vez mais excluem uma parcela maior do acesso à informação, ou seja, a qualificação acaba caindo nas mãos de poucos restando aos demais os serviços mais rústicos e os menores salários e em consequência a desocupação em razão da falta oferta de mão-de-obra. Como bem menciona Santos (2002),

São os interesses do grande capital que, afinal, definem os grupos de atividades localizadas num ponto dado do espaço. Mas, as teorias de localização são baseadas em noções tais como economias de aglomeração, economias externas, economias de escala e deseconomias de todo tipo – todas essas categorias sendo consideradas como se tivessem valor absoluto, proveniente se sua expressão técnica. Na verdade, sua significação é diferente segundo o sistema socioeconômico. ...Todavia, o próprio fato de que as teorias especiais e os seus derivados - Economia Regional, Economia Urbana, Geografia Regional, Geografia Urbana, Análise Regional, Planificação Regional, Planificação Urbana etc. – em geral ignoram as estruturas sociais leva a que não se preocupem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais. Acabam, simplesmente, por ignorar o homem. Por isso tais proposições não chegam a ser teorias, não passando de ideologias impostas ao homem com o objetivo de abrir à difusão do capital. (SANTOS, 2002, p. 104)

É a partir destes cenários que pode-se aprender e tomar a iniciativa a respeito da realidade contemporânea, ou seja, uma ação pautada administrada com vistas ao combate dos sistemas e políticas de controle sociais presentes, onde a construção de uma nova realidade esta apoiada na cooperação social.

QUESTÃO AMBIENTAL

O quadro sócio ambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que os impactos humanos sobre o meio ambiente estão se tornando cada vez mais complexos. A preocupação com os aspectos ambientais introduz não apenas a questão da capacidade de suporte do planeta, mas também os alcances e limites das ações destinadas a reduzir o impacto dos agravos no cotidiano urbano.

Conforme Rodrigues & Calvinatto (2006), o mundo está na era dos descartáveis, pois os diferentes materiais passaram a ser produzidos em larga escala. Esse comportamento é reflexo do modo de vida moderno e ágil dos grandes centros, onde quanto mais riqueza possui determinada região, maior será a sua produção total de lixo. Segundo os autores, para se ter uma idéia, a cidade de São Paulo produz diariamente mais de 12 mil toneladas de lixo, o que encheria aproximadamente 1.700 caminhões.

Assim, essa realidade é real em todas as regiões do país, e não é diferente no Município de Apucarana – PR. Conforme dados do gerente operacional da COCAP, Itamar Gomes de Oliveira, são produzidas atualmente no município cerca de 70 toneladas por mês de lixo, que em sua grande maioria são lançados sem qualquer estudo preocupação ambiental e social no aterro sanitário local.

Na figura ao lado o aterro sanitário de Apucarana, onde o Gerente da COCAP Itamar Gomes de Oliveira aparece mostrando em que estado se encontrava o local.

Figura 3: Aterro Sanitário de Apucarana/PR



Fonte: Do Autor 13 nov. 2008.

Observando o aterro sanitário de Apucarana, nota-se a grande dimensão da problemática ambiental. O crescimento populacional e urbano sem planejamento aliado à escassez de recursos pautados na legislação ambiental são fatores que agravam essa situação. Esse aterro não se encontra totalmente dentro dos padrões exigidos, além de receber uma grande parcela de resíduos que poderiam ser aproveitados se fossem encaminhados para a reciclagem.

Desta forma, a reciclagem é uma saída para amenizar a quantidade de lixo produzida por cada pessoa. Ela já é empregada em muitas cidades do mundo desenvolvidos e subdesenvolvidos, e consiste na separação e recuperação dos diferentes tipos de materiais orgânicos e inorgânicos (vidros, papel, plástico, metal, etc.). A seleção e a recuperação do lixo urbano no mundo, principalmente em países desenvolvidos, já é prática rotineira e generalizada.

De acordo com Bellen (2006), atualmente a questão da temática ambiental nas discussões sociais encontra-se em um patamar estruturalmente evoluído, ou seja, percebe-se uma maior integração entre meio ambiente e sociedade.

Conforme Mano (2005), neste início de século a questão da poluição ambiental é um problema não debatido pelas gerações anteriores, onde todas as implicações ambientais mencionadas anteriormente encontraram uma saída a partir do desenvolvimento sustentável. Com a implantação de algumas maneiras diferenciadas de interagirmos no meio social e ambiental.

Desta forma, após vários números e implicações diversas, o homem está percebendo aos poucos que o sistema de crescimento econômico vigente inviabiliza a preservação dos recursos naturais. Assim, é facilmente visível que o elo entre o crescimento econômico e a preservação ambiental está no desenvolvimento sustentável, sendo que o retorno cíclico dos resíduos, como ocorre na COCAP, acaba sendo a princípio a única alternativa que atende integralmente a questão social e ambiental de maneira sustentável.

O termo “sustentabilidade” virou palavra mágica. A moda atual é tentar conceituá-la da melhor forma. E isso não difere no marketing das instituições atuais de forma generalizada. As empresas - especialmente aquelas mais dinâmicas - passaram a enxergar, na agenda da sustentabilidade, uma nova oportunidade de negócios, uma chance de agregar valor ambiental ao seu produto, mostrando-se um empreendimento com responsabilidade socioambiental. No entanto, a preocupação ambiental ainda ocorre de forma insignificante nesse meio, sendo que quando tal pensamento ocorre, é quase integralmente em razão de alguma cobrança burocrática existente.

Em um País que possui aproximadamente 80% de sua população concentrada no meio urbano aliado ao despreparo estrutural existente neste meio, não se poderia esperar muita coisa positiva. Considerando que os reflexos desta ocupação nem sempre afetam de forma direta toda a população, assim a parcela populacional que realmente detêm em suas mãos o poder de argumentação e político, residem nas áreas mais abastadas das cidades e ficam assim totalmente alheios as reais e críticas situações que vivem os habitantes periféricos dos municípios.

Entretanto, os impactos ambientais são sentidos na realidade pelos setores mais desfavorecidos da população, cuja distribuição espacial está associada à desvalorização do espaço, confinados nas áreas suscetíveis às transformações próprias dos processos ecológicos, porém aceleradas pelas ações humanas. Não podem enfrentar o custo de ter moradia em áreas ambientalmente mais seguras ou beneficiadas por obras mitigadoras de impactos ambientais.

Com isso, espera-se contribuir para que os gestores privados e urbanos possam usufruir do presente estudo no sentido de vislumbrar todas as dimensões que envolvem a questão da interface das políticas, tanto do ponto de vista jurídico, quanto administrativo e social, propiciando a compreensão da necessidade de integração entre os diversos atores sociais para o sucesso da gestão, e assim, efetivar a proteção e preservação socioambiental, bem como, a democratização das decisões, contribuindo também para com a construção das cidades sustentáveis.

Dessa forma, fica visível que é necessário o homem passe a agir em seu meio como se realmente fizesse parte dele, pois com todo esse processo industrial e com a era tecnológica, a humanidade conseguiu contaminar o próprio ar que respira, a água que bebe, o solo que provém os alimentos, os rios, destruir florestas e os *habitats* animais. Todas essas destruições colocam em risco a sobrevivência da Terra e dos próprios seres humanos a partir de seus próprios conflitos sociais e ideológicos.

O que vemos atualmente é que os índices de degradação aumentaram, enquanto de um lado existem muitos lutando por um mundo melhor para todos, de outro lado, a grande maioria busca seu próprio crescimento econômico, com o objetivo de consumir cada vez mais, e como conseqüência, consumir mais recursos naturais, ocasionando a degradação, sem se preocupar e muitas vezes sem saber, que os recursos naturais nem sempre são renováveis e muito menos são dotados de aspectos infinitos quanto a sua abundância.

Alguns princípios básicos podem servir para orientar a humanidade para o desenvolvimento de técnicas que gerem o equilíbrio entre os seres humanos e o mundo natural. Os humanos devem conhecer a Terra, antes de tomar qualquer atitude. A humanidade deve sair da bolha industrial em que vive, mudar o comportamento, valorizando e interagindo com o mundo natural do qual faz parte, respeitando as transformações do meio no seu devido tempo.

É importante haver um processo participativo e sustentável, cada um fazendo a sua parte e respeitando o ciclo de cada ser existente no planeta. As técnicas adquiridas pelo homem devem servir para proteger o planeta, cuidar dos resíduos gerados, para se proteger de alguma transformação natural, e não para destruir a vida. Deve haver respeito à grandeza da natureza, reverência à Terra. Enquanto não se aprender a celebrar a Terra, não será possível curá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se observar durante a trajetória do presente estudo, em um mundo tomado pela força da informação e do consumo, ainda é ínfima a preocupação destinada para a temática socioeconômica e ambiental, haja vista que a grande maioria das sociedades são dominadas e induzidas pelos costumes e modas ditadas pela mídia. Em um mundo globalizado, a sociedade pode e deve ser planejada com padrões de menor porte e com produção descentralizada em bases sólidas, em termos tecnológicos, disponíveis democraticamente e gerados a partir das necessidades da coletividade.

O comprometimento em relação a essa problemática, fica embasada na busca do equilíbrio entre a tecnologia, o meio ambiente e principalmente a justiça social pelas diferentes nações do planeta, ou seja, se faz necessário um desenvolvimento harmônico entre esses quesitos que são basilares do desenvolvimento sustentável. Várias ações podem ser implantadas para maximizar um perfeito desenvolvimento social da humanidade. Entre elas, a limitação do crescimento populacional, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a diminuição do consumo energético, o retorno cíclico dos resíduos sólidos e principalmente o acesso à informação social referente ao tema em todos os elos da população.

Da mesma forma como foi iniciado pelo estudo dos elementos sociais enquanto seus enfoques de inclusão e crescimento individual, esse parece ser o esquema geral de conduta a ser seguido no desafio de solucionar também a questão da degradação ambiental em nosso planeta, pois é impossível mencionar a questão ambiental sem antes resolver nossas próprias diferenças como sociedade.

Para tanto, a operacionalização holística desta temática é embasada primariamente na questão das políticas públicas dos governantes, que detêm em suas mãos o poder de iniciativa sobre a administração social de maneira generalizada. No entanto, pouco se têm feito e ainda quando alguma coisa foi realizada quase sempre não atingiu seu foco de maneira integral.

A partir dos modelos gerenciais existentes atualmente na sociedade, percebe-se um fluxo contínuo de produtos primários que entram nas cidades e ali são processadas e consumidas, resultando em diferentes e variados resíduos, lançados posteriormente no meio ambiente e não retornam as áreas de produção. Em consequência disso, cada vez mais perdemos nossa água potável, o ar, o solo e os animais em troca dos amontoados intermináveis de lixo na natureza.

Essa interferência do homem no meio se dá de várias formas, provocando situações em sua maioria sempre catastróficas para a natureza e em seu próprio benefício. No entanto, existem inúmeras iniciativas ainda que remotas, mas que têm contribuído em muito para a construção de um mundo mais igualitário em seus diversos vetores, principalmente para construção de um mundo mais justo socialmente e meio ambiente mais preservado.

Portanto, como visto nas atividades desenvolvidas pela COCAP, experiências como essas devem ser valorizadas, apesar de sua pequena escala, geram benefício econômico (garantia de renda estável às famílias envolvidas); benefício ambiental e benefício social, pois este trabalho proporciona possibilidades de integração social de pessoas que sempre estiveram à margem do meio social.

Dessa forma, conclui-se que todas as temáticas abordadas anteriormente, devem ser encaradas a partir do exercício de uma cidadania participativa de toda a sociedade, o que irá levar para a construção de uma sociedade sustentável, que vise à promoção de uma melhor qualidade de vida como um todo, ou seja, uma sociedade cooperativista que busque uma relação mais transparente no enfrentamento de suas implicações e dificuldades como sociedade, pois enquanto não se aprender a celebrar os valores da sociedade de maneira holística, não será possível curar os seus problemas.

REFERÊNCIAS

- BELLEN, Hans M. Van. Indicadores de Sustentabilidade. 2 ed. FGV: Rio de Janeiro, 2006.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil), et al. **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. IPEA. v.6. Brasília. 2000.
- JANSEN, Marcos Garcia. Mais Instrumentos para Empresa Cooperativa. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=133>> Acesso em: 27 Jul 2009.
- KELLER, Francisco – **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. São Paulo, 1975.
- MANO, Eloísa B., PACHECO, Élen B. A. V., BONELLI, Cláudia M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. , 1ª ed. Edgard Blucher: São Paulo. 2005.
- MENEZES, Antônio. **Nos Rumos da Cooperativa e do Cooperativismo**. 1ª ed. Confedbrás: São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas**, 3ª Ed. Atlas: São Paulo, 2006.
- POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**, 4ª Ed. Atlas : São Paulo, 2004.
- RICCIARDI, Luiz & LEMOS, Roberto J. **Cooperativas a Empresa do Século XXI**, 1ª Ed. LTR: São Paulo, 2000.
- RODRIGUES, Francisco L. & CALVINATTO, Vilma M. **Lixo De onde vem? Para onde vai?**, 2ª Ed. Moderna: São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 1ª Ed. USP: São Paulo. 2002.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Construindo uma Sociedade para todos**, 1ª Ed. VWA: Rio de Janeiro, 1997.
- VESENTINI, JOSÉ William. **Sociedade e Espaço**. 44 Ed. Atica : São Paulo, 2008.
- YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Sociedades Cooperativas**, 7ª Ed. Juruá: Curitiba, 2007.
- Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948
- Disponível em:<http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp> Acessado em: 19 Jul 2009.
- Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/populacao-mundial-ultra-passara-9-bilhoes-individuos-2050-427103.shtml> > Acesso em: 30 Jul 2009.
- Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/> > Acesso em: 02 Ago 2009.